



BANCO DA AMAZÔNIA

FNO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2002



1 NATUREZA DO FNO	5
2 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO	6
3. METAS	7
3.1 QUALITATIVOS	9
3.2 QUANTITATIVOS	10
4 REPASSE DE RECURSOS PARA O FNO	10
5 DESEMPENHO OPERACIONAL	11
6 RESULTADO FINANCEIRO	12
7 RESULTADO FISCAL	12
8 ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO Nº 175/2002 - TCU	13
9 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	14
9.1. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	14
9.2. INCENTIVO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	14
9.3. PRIORIDADE AO PEQUENO PRODUTOR/EMPRESÁRIO	14
9.4. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	15
9.5. FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS	16
10 METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS	16
11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO FUNDO	17
12 AÇÕES DE SUPORTE À EFICIÊNCIA DO CRÉDITO	18

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2002

O Banco da Amazônia S.A. apresenta o **Relatório de Gestão** do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa SFC/MF N.º 02, de 20/12/2000, com a finalidade de compor o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2002.

1 NATUREZA DO FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 – Art. 159, inciso I, alínea “c” e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, com alterações das Leis n.º 9.126, de 10/11/1995 e nº 10.177, de 12/01/2001, cabendo ao Banco da Amazônia, instituição financeira federal de caráter regional, a administração dos recursos do Fundo.

A estratégia de aplicação de recursos foi planejada considerando os encontros técnicos realizados pelo Banco da Amazônia, nos estados da Região Norte, com os segmentos organizados da sociedade, observando diretrizes legais e as orientações do Ministério da Integração Nacional, Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal (PPA) e preceitos de desenvolvimento sustentável, com foco para a ampliação, fortalecimento e consolidação da base produtiva da regional, privilegiando as atividades produtivas de menor porte.

Assim, são observadas as seguintes diretrizes para os programas de financiamento do FNO:

- concessão de financiamentos aos setores produtivos privados da Região;
- apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente, em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas;
- prioridade para produção de alimentos básicos destinados ao consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes a produtores rurais, suas associações e cooperativas;
- uso de tecnologia compatível com a preservação/conservação do meio ambiente;
- conjugação de crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- uso criterioso dos recursos e a adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente e grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- ação integrada com instituições federais, estaduais, municipais e outras representativas dos setores produtivos, sediadas na Região, objetivando o fortalecimento das parcerias, necessárias à correta aplicação do crédito;
- projetos cujas atividades e localização sejam convergentes com aquelas objeto de Programas constantes no Plano Plurianual 2000-2003 (Avança Brasil);

- projetos de infra-estrutura econômica localizados em áreas pioneiras e de expansão da fronteira agrícola;
- projetos de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais;
- projetos que promovam a modernização de atividades econômicas tradicionais objetivando o incremento qualitativo de seus processos produtivos, para minimizar impactos ambientais negativos e para dar maior eficiência à produção;
- projetos que contemplem a adição de valor à produção regional mediante formação e adensamento de cadeias produtivas ligadas à estruturação de complexos, com destaque aos de oleaginosas, minero-metalúrgico, couros e peles, laticínios, pesca, fruticultura, têxteis, fármacos, florestal-madeireiro e pedras semipreciosas.

2 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO

No ano de 2002, foram operacionalizados, através do FNO, 13 (treze) programas de financiamento, contemplando as atividades econômicas dos setores rural, industrial e de turismo, conforme quadro abaixo, cujas bases e condições operacionais estão apresentadas em tabelas anexas.

PROGRAMAS
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - Destinado a apoiar, financeiramente, o desenvolvimento de atividades produtivas, capazes de dar sustentação econômica à família nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (PRONAF/PRODEX) - Voltado aos agroextrativistas, suas associações e cooperativas, visando promover mudanças no perfil da economia nas áreas tradicionais de extrativismo vegetal, através da racionalização do uso dos recursos naturais, da implantação de sistemas agroflorestais, do incentivo à verticalização da produção local e do estímulo às práticas agroflorestais, que potencializem os serviços ambientais das áreas extrativistas, propiciando oportunidades de trabalho às famílias, como meio de mitigar o êxodo rural.
Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRONAF/PRORURAL) - Tem como objetivos possibilitar aos produtores familiares o acesso ao crédito rural; fortalecer o associativismo; gerar oportunidades de trabalho aos rurícolas; dotar essa agricultura dos meios para acessar os mercados com eficiência; apoiar a verticalização da pequena produção, como meio de garantir sustentabilidade; e proporcionar novos conhecimentos tecnológicos.
Programa de Desenvolvimento Rural (PRODERUR) - Induz produtores/empresas a considerar o meio ambiente como negócio; incentiva a utilização de áreas alteradas/degradadas com sistemas sustentáveis de usos alternativos do solo; prioriza sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais; contribui para a formação da infra-estrutura de apoio à produção e acesso aos mercados, bem como apóia a verticalização da produção e a capacitação de recursos humanos voltados para a gestão de negócios agropecuários e agroflorestais.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (PROFLORESTA) – Tem por objetivo financiar as atividades de manejo florestal sustentável, integrado ao processo de industrialização da madeira, sistemas agroflorestais e reflorestamento para reabilitação de áreas alteradas, beneficiamento de produtos não-madeireiros e pesquisas tecnológicas aplicadas ao setor florestal.
Programa de Apoio às Microempresas (PROMICRO) - Objetiva a implantação, ampliação, modernização e realocação de microempresas regionais, que desenvolvam atividades nos setores agroindustrial, industrial e de turismo, através de crédito simplificado e com condições diferenciadas, beneficiando esse segmento e proporcionando a expansão e a diversificação das atividades econômicas e o crescimento do mercado interno regional.
Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODESIN) - Destinado a promover a

implantação, ampliação, modernização e realocação de empreendimentos industriais na Região; incentivar empreendimentos não-governamentais que visem implantar, expandir, recuperar ou melhorar a infra-estrutura econômica e apoiar ações empresariais de capacitação dos recursos humanos voltadas para a adoção de novas técnicas de produção e de gestão empresarial.
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN) - Financia as atividades de transformação ou beneficiamento de matéria-prima "in natura" de origens agrícolas, florestais e pecuárias, induzindo a formação da cadeia produtiva e a consolidação de pólos, complexos e projetos agroindustriais na Região.
Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR) - Voltado para promover o desenvolvimento turístico na Região, valorizando as iniciativas empresariais nas atividades dos segmentos de ecoturismo e de turismo convencional, tendo por objetivo apoiar a implantação, ampliação, reforma e modernização de empreendimentos nesse setor, respeitando as bases do turismo sustentável e contribuindo para a consolidação dos pólos de ecoturismo na Amazônia.
Programa de Apoio à Exportação (FNO-EXPORTAÇÃO) - Promotor da implantação, ampliação, modernização e realocação de empresas exportadoras do setor produtivo regional, financiando a produção e a comercialização de bens destinados ao mercado externo, reforçando os recursos de capital de giro e ativo fixos das empresas, em condições compatíveis com o mercado internacional, visando a conquista de consumidores externos para os produtos da Região.
Programa de Apoio ao Comércio e à Prestação de Serviços (COMSERV) - Programa criado com o objetivo de financiar a implantação, ampliação, modernização, realocação e sustentação de empreendimentos do setor de comércio e serviços, como elo da cadeia produtiva regional.
Programa de Apoio à Infra-estrutura Econômica (PROINFRA) - Programa criado com o objetivo de contribuir para melhorar a infra-estrutura econômica regional, voltada ao apoio de atividades produtivas. Esse programa incentiva empreendimentos que visem a geração de energia, distribuição de energia alternativa ou processo de conservação de energia elétrica; apoia projetos não-governamentais que visem implantar, ampliar, recuperar ou melhorar a infra-estrutura econômica; e estimula ações empresariais de capacitação dos recursos humanos voltadas para a adoção de novas técnicas de produção e de gestão empresarial.
Programa de Eficiência Energética (PROENERG) - Criado com o objetivo de garantir a auto-suficiência na geração ou buscar meios de obter a redução do padrão de consumo de energia elétrica das empresas.

3. METAS

Para o período 2002 e 2003, a previsão de ingressos de recursos para o FNO, via repasse do Tesouro Nacional, segundo estimativa feita pelo Ministério de Orçamento e Gestão (MOG), é a seguinte:

Ano 2002 - R\$ 504,2 milhões

Ano 2003 - R\$ 419,4 milhões

Para o exercício de 2002, a previsão total de recursos financeiros do Fundo correspondeu a R\$ 550,8 milhões, para aplicação através de operações de crédito, conforme a seguir especificado:

Estimativa de reembolso de créditos em 2002	R\$ 200,2 milhões
- Amortização de Contratos.....	R\$ 146,1 milhões
- Atualização monetária do Disponível	R\$ 54,1 milhões
Estimativa de ingressos via repasse STN.....	R\$ 504,2 milhões
Estimativa de despesas em 2002	R\$ 153,6 milhões
- Taxa de administração	R\$ 100,8 milhões
- Del-credere	R\$ 52,1 milhões
- Auditoria externa	R\$ 0,7 milhões
TOTAL.....	R\$ 550,8 milhões

Conforme definido durante os encontros estaduais de planejamento, foi estabelecida a previsão de recursos para 2002, no montante de R\$550,8 milhões e 2003, de R\$503,3 milhões, com distribuição pelas Unidades Federativas da Região Norte.

PREVISÃO DE RECURSOS			
<i>Estados</i>	<i>%</i>	<i>Valor (R\$ milhões)</i>	
ANO		2002	2003
Acre	10	55,1	50,3
Amapá	10	55,1	50,3
Amazonas	15	82,6	75,5
Pará	25	137,7	125,9
Rondônia	15	82,6	75,5
Roraima	10	55,1	50,3
Tocantins	15	82,6	75,5
Total	100	550,8	503,3

PROPOSTA DOS ESTADOS PARA DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS RECURSOS

ANO	2002		
ESTADO	Rural (%)	Industrial (%)	Comércio e Serviços (%)
Acre	65	25	10
Amapá	55	35	10
Amazonas	50	40	10
Pará	55	35	10
Rondônia	60	30	10
Roraima	60	30	10
Tocantins	70	20	10

Essas metas de aplicação de recursos por Unidade da Federação e setores produtivos constituem, apenas, um balizamento para o planejamento da atuação do FNO. Assim, ao longo de cada exercício, são passíveis de serem alteradas de acordo com a dinâmica do desenvolvimento regional, decorrente da intervenção planejada dos diversos níveis de Governos. Esse aspecto pressupõe, uma política de parceria do Banco da Amazônia em todos os níveis institucionais, de modo a desenvolver um processo participativo com os agentes e atores do desenvolvimento regional, visando maximizar a eficiência do instrumento creditício como fator para minimizar as desigualdades intra e inter-regionais.

Com a entrada em vigor da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, pela qual foi determinado o financiamento de empreendimentos comerciais e de serviços, houve a necessidade de o Banco da Amazônia estabelecer uma nova distribuição setorial dos recursos, conforme demonstrado abaixo:

	ANO2002		
ESTADO	Rural (%)	Industrial (%)	Comércio e Serviços (%)
Acre	63,3	26,7	10,0
Amapá	54,4	35,6	10,0
Amazonas	54,4	35,6	10,0
Pará	58,9	31,1	10,0
Rondônia	67,8	22,2	10,0
Roraima	54,4	35,6	10,0
Tocantins	67,8	22,2	10,0

A aplicação dos recursos do FNO na Região, através da concessão de financiamentos às atividades produtivas, objetiva alcançar os seguintes resultados:

3.1 QUALITATIVOS

a) Na Economia Regional

- Aumentar o valor agregado bruto regional;
- Aumentar a arrecadação de impostos e taxas;
- Aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Introduzir tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional;
- Contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis;
- Internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- Minimizar as desigualdades internas da Região através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhorar o abastecimento interno de produtos básicos;
- Promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e
- Estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

b) Aos Beneficiários

- Proporcionar a elevação da renda real do produtor, através do acréscimo da taxa de lucro;
- Melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do empresário industrial e de seus familiares e empregados; e
- Criar oportunidades para a utilização da mão-de-obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

c) Ao Consumidor

- Contribuir para a maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar.

d) Ao Meio Ambiente

- Proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- Promover o desenvolvimento da Região, de forma econômica e ecologicamente sustentável;
- Conter o avanço do desmatamento desordenado.

e) Ao Banco da Amazônia S. A.

- Fortalecer a instituição e promover a sua consolidação como agente financeiro fomentador do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

3.2 QUANTITATIVOS

ANOS	RECURSOS A ALOCAR (R\$ Milhões)		QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS/ PROJETOS A FINANCIAR		QUANTIDADE DE EMPREGOS A GERAR		AUMENTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$ Milhões)	
	Rural	Industrial	Rural	Industrial	Rural	Industrial	Rural	Industrial
2002	270,00	134,40	19.907	321	23.057	4.572	340,78	667,51
2003	279,20	139,30	20.585	332	23.843	4.739	352,40	691,89

No exercício de 2002, a dotação estimada de recursos, da ordem de R\$ 550,8 milhões, mereceu o seguinte detalhamento de previsão de alocação por programa de financiamento e por estado:

PROGRAMAS	R\$ Milhões							
	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<u>AGRICULTURA FAMILIAR</u>	22,0	28,9	19,3	48,2	25,6	21,5	12,8	178,3
- PRONAF	5,5	8,3	5,5	13,8	8,3	5,5	8,3	55,2
- PRONAF/PRORURAL	11,0	16,5	8,3	27,5	16,5	13,8	4,1	97,7
- PRONAF/PRODEX	5,5	4,1	5,5	6,9	0,8	2,2	0,4	25,4
<u>OUTROS</u>	33,1	53,7	35,8	89,5	57,0	33,6	69,8	372,5
- PRODERUR	11,0	8,2	8,2	20,7	16,5	11,0	44,5	120,1
- PROFLORESTA	2,8	4,1	2,8	6,9	7,4	0,5	0,4	24,9
- PROMICRO	2,2	10,7	2,8	4,1	2,5	1,7	2,5	26,5
- PRODESIN	2,6	5,0	3,3	16,5	4,5	5,0	4,7	41,6
- PROAGRIN	2,2	6,2	3,3	5,5	7,4	1,7	1,7	28,0
- PRODETUR	2,8	2,5	3,3	4,1	1,7	2,2	1,7	18,3
- PROINFRA	1,8	3,3	2,2	11,0	3,0	3,2	3,1	27,6
- PROENERG	2,2	3,3	2,2	4,1	3,3	1,7	2,5	19,3
- FNO-EXPORTAÇÃO	0,0	2,1	2,2	2,8	2,5	1,1	0,4	11,1
- FNO-COMÉRCIO E SERVIÇOS	5,5	8,3	5,5	13,8	8,2	5,5	8,3	55,1
TOTAL	55,1	82,6	55,1	137,7	82,6	55,1	82,6	550,8

Fonte: BASA/Plano de Aplicação de Recursos 2002-2004

Para o alcance dessas metas, foi considerada a possibilidade de condições favoráveis para o desenvolvimento de ações induzidas no sistema de alocação dos recursos, objetivando perseguir a eficiência do crédito e a superação das dificuldades em relação aos aspectos de serviços de assistência técnica e extensão rural, suporte tecnológico, infra-estrutura de apoio à produção, oferta de insumos e organização dos produtores. Nesse sentido, a função dos estados e dos municípios é de fundamental importância no processo de desenvolvimento regional.

4 REPASSE DE RECURSOS PARA O FNO

No Exercício de 2002, o Governo Federal repassou à conta do FNO, via Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recursos da ordem de **R\$ 565.100,1 mil**, conforme mostra a **tabela 1**.

TABELA 1 VALORES REPASSADOS PARA O FNO EM 2002

MÊS	R\$ mil
	VALOR REPASSADO
Janeiro	47.188,6
Fevereiro	46.333,4

Março	57.624,9
Abril	49.173,8
Mai	54.587,7
Junho	36.490,8
Julho	43.647,2
Agosto	39.784,4
Setembro	37.354,6
Outubro	70.780,8
Novembro	50.907,5
Dezembro	31.226,6
Total	565.100,1

Fonte: BASA/GECON

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2002, foram contratadas **14.125** operações de crédito com recursos do FNO, totalizando **R\$ 604.962,5 mil**.

O setor rural demandou a maior parte dos recursos do Fundo, absorvendo **95,78%** das operações contratadas e **62,55%** dos recursos alocados, correspondentes à contratação de **13.529** operações de crédito no valor de **R\$ 378.426,1 mil**, conforme mostra a **tabela 2**. No exercício/2001, percentualmente, o número de operações contratadas no setor rural correspondeu a 97,14% do total, enquanto que no industrial/outros foi de 2,86%. Por sua vez, em termos valorativos, foi de 73,39% e 26,61%, para o rural e industrial/outros, respectivamente.

TABELA 2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO EM 2002

R\$ mil

Setores	Nº Operações	%	Valor	%
Rural	13.529	95,78	378.426,1	62,55
Industrial/Outros	596	4,22	226.536,5	37,45
Total	14.125	100,00	604.962,5	100,00

Fonte: BASA/GERAC

Na **tabela 3**, observa-se a maior demanda pelos segmentos de menor porte, que absorveram **86,85%** do total das operações contratadas e **27,41%** dos recursos alocados, o que evidencia a prioridade dada pelo Banco, em observância às diretrizes do FNO, na alocação dos recursos do Fundo às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, com ênfase para os programas destinados ao apoio da pequena produção regional (PRODEX, PRORURAL, PRONAF e PROMICRO).

TABELA 3 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO EM 2002

R\$ mil

Porte/Setor	RURAL				INDUSTRIAL				COMÉRCIO E SERVIÇOS				TOTAL			
	Nº OP.	%	VALOR	%	Nº OP.	%	VALOR	%	Nº OP.	%	VALOR	%	Nº OP.	%	VALOR	%
Mini/micro	11.469	84,77	114.162,9	30,17	27	6,65	909,6	0,49	35	18,42	1.418,1	3,63	11531	81,64	116.490,6	19,26
Pequeno	574	4,24	27.427,2	7,25	62	15,27	9.298,2	4,96	95	50,00	11.705,2	29,92	731	5,18	48.430,6	8,01
Médio	1.300	9,61	149.977,2	39,63	63	15,52	35.731,7	19,06	58	30,53	23.870,6	61,03	1421	10,06	209.579,5	34,64
Grande	180	1,33	85.955,7	22,71	254	62,56	141.481,3	75,49	2	1,05	2.121,6	5,42	436	3,09	229.558,6	37,95

Cooperativas	6	0,04	903,2	0,24	0	0,00	0,0	0,00	0	0,00	0,0	0,00	6	0,04	903,2	0,15
Total	13.529	100,00	378.426,1	100,00	406	100,00	187.420,9	100,00	190	100,00	39.115,6	100,00	14125	100,00	604.962,5	100,00

Fonte: BASA/GERAC

Essa demanda é explicada, sobretudo, pela existência de condições especiais para os programas que contemplam respectivos segmentos, destacando-se: prazos de carência e de pagamento; redução nos encargos financeiros, cuja variação se dá de acordo com a modalidade do crédito e a natureza da atividade contemplada pelos programas de crédito; sistema de garantias; e limite máximo financiável (até 100% dos planos de negócios).

A **tabela 4** mostra a distribuição espacial dos recursos por setor econômico, onde se verifica que os estados do Pará, Tocantins e Rondônia tiveram uma participação de **73,25%** nas operações contratadas e **85,67%** nos recursos alocados. Isto explica-se, principalmente, pelo fato de os estados do Pará e Tocantins representarem zonas de fronteira agrícola do país em contínuo crescimento; serem densamente povoados, com 58% da população da Região Norte (v. tabela 5); apresentarem situação geográfica vantajosa em relação aos outros estados (na Região, são os mais próximos dos mercados Centro-Sul e Nordeste do País); e possuírem as melhores condições de infra-estrutura, entre outros fatores.

TABELA 4 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR SETOR ECONÔMICO EM 2002
R\$ mil

ESTADO	Rural		Industrial		Comércio e Serviços		Total	
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR
Acre	1.433	28.600,3	4	308,9	11	2.887,6	1448	31.796,8
Amapá	307	4.301,6	3	243,4	11	1.666,0	321	6.211,0
Amazonas	1.647	19.601,6	21	16.073,8	29	7.287,6	1697	42.963,1
Pará	5.040	149.486,3	289	159.111,2	53	16.783,9	5382	325.381,4
Rondônia	2.092	54.133,8	49	5.021,5	50	6.868,0	2191	66.023,3
Roraima	298	4.597,9	9	762,0	6	329,6	313	5.689,5
Tocantins	2.712	117.704,5	31	5.900,1	30	3.292,8	2773	126.897,4
Total	13.529	378.426,1	406	187.420,9	190	39.115,6	14125	604.962,5

Fonte: BASA/GERAC

Considerando a aplicação dos recursos pelo número de habitantes, os estados mais beneficiados, no ano de 2002, foram Tocantins, Acre e Pará. Já na distribuição dos recursos conforme a extensão territorial dos estados, Tocantins, também, é o que mais se destaca, seguido por Rondônia e Pará, conforme mostra a **tabela 5**.

TABELA 5 RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL EM 2002

ESTADO	RECURSOS APLICADOS (R\$ Mil) (a)	POPULAÇÃO (Nº DE HABITANTES) (b)	EXTENSÃO TERRITORIAL (Km²)	RELAÇÕES	
				(R\$/Hab.)	(R\$/Km²)
Acre	31.796,8	560.611	152.522,0	56,72	208,47
Amapá	6.211,0	480.367	142.815,8	12,93	43,49
Amazonas	42.963,1	2.830.310	1.570.946,8	15,18	27,35
Pará	325.381,4	6.219.628	1.247.702,7	52,32	260,78
Rondônia	66.023,3	1.383.740	237.564,5	47,71	277,92

Roraima	5.689,5	326.738	224.118,0	17,41	25,39
Tocantins	126.897,4	1.161.641	277.297,8	109,24	457,62
Total	604.962,5	12.963.035	3.852.967,6	46,67	157,01

Fontes: (1) BASA/GERAC

(2) IBGE – Censo Demográfico 2000

A **tabela 6**, apresentada a seguir, demonstra que no exercício de 2002 os programas PRONAF, PRONAF/PRODEX e PRONAF/PRORURAL, do setor rural, que atendem ao segmento da agricultura de base familiar, obtiveram apoio financeiro da ordem de **R\$ 98.599,3 mil**, gerando a ocupação de aproximadamente 40 mil novos postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar. Por esses programas foram beneficiadas quase **10 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, entre outras categorias, que, por longo período, eram desassistidas pelas políticas públicas implementadas na Região, aliás, por longas datas, foram tratadas sob um foco secundário na elaboração e implementação de políticas públicas na Região.

TABELA 6 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO (EXERCÍCIO/2002)

R\$ mil

PROGRAMA	ESTADO															
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR	ODE.	VALOR
1.RURAL	1.433	28.600,3	307	4.301,6	1.647	19.601,6	5.040	149.486,3	2.092	54.133,8	298	4.597,9	2.712	117.704,5	13.529	378.426,1
PRONAF	541	4.411,3	83	793,4	659	5.294,1	2.265	25.496,5	1.344	11.418,8	181	1.475,4	1.074	9.626,9	6.147	58.516,5
PRONAF/PRODEX	-	-	131	382,0	351	2.631,3	570	2.210,2	-	-	-	-	-	-	1.052	5.223,4
PRONAF/PRORURAL	808	8.111,0	72	409,3	469	4.650,5	1.531	14.011,2	193	2.502,6	29	154,0	331	5.020,8	3.433	34.859,3
PRODERUR	83	16.069,1	20	2.666,8	168	7.025,7	673	107.568,4	554	39.933,1	88	2.968,5	1.307	103.056,9	2.893	279.288,5
PROFLORESTA	1	9,0	1	50,1	-	-	-	-	1	279,3	-	-	-	-	3	338,3
RECOOP	-	-	-	-	-	-	1	200,0	-	-	-	-	-	-	1	200,0
2.INDUSTRIAL	15	3.196,5	14	1.909,4	50	23.361,4	342	175.895,1	99	11.889,5	15	1.091,6	61	9.192,9	596	226.536,4
PROMICRO	1	4,0	1	39,3	2	95,9	4	73,2	5	139,9	-	-	8	176,6	21	528,8
PRODESIN	1	150,3	2	204,2	13	10.089,9	36	41.365,3	15	2.572,9	1	315,0	15	3.580,6	83	58.278,2
PROAGRIN	2	154,5	-	-	1	75,1	4	2.474,9	3	516,4	-	-	1	30,3	11	3.251,1
PRODETUR	-	-	-	-	5	5.812,9	6	1.706,2	1	80,2	1	37,7	7	2.112,7	20	9.749,7
FNO-EXPORT.	-	-	-	-	-	-	239	113.491,6	25	1.712,2	7	409,3	-	-	271	115.613,1
FNO-COMSERV.	11	2.887,6	11	1.666,0	29	7.287,6	53	16.783,9	50	6.868,0	6	329,6	30	3.292,8	190	39.115,6
Total	1.448	31.796,8	321	6.211,0	1.697	42.963,1	5.382	325.381,4	2.191	66.023,3	313	5.689,5	2.773	126.897,4	14.125	604.962,5

Fonte: BASA – GERAC/COAFO

6 RESULTADO FINANCEIRO

Conforme a *Demonstração de Rendias e Despesas* do FNO, exercício de 2002, as Rendias Operacionais, constituídas pelas operações de crédito e valores disponíveis, totalizaram R\$ 389.081 mil. Deduzidas as Despesas Operacionais, compostas pela despesa de administração do Banco, despesas com auditoria externa, despesas com renegociações, despesas com rebates e despesas com bônus de adimplência, no valor de R\$ 249.157 mil, o Resultado Operacional do Fundo alcançou, em 31/12/2002, o montante de **R\$ 139.924 mil**.

O Patrimônio Líquido do FNO, ao final do Exercício/2002, totalizou **R\$ 3.975.615 mil**, correspondente aos repasses do Tesouro no exercício, R\$ 565.100 mil, mais os repasses do Tesouro nos exercícios anteriores, R\$ 2.353.978 mil; resultado de exercícios anteriores, R\$ 916.613 mil; e resultado do exercício, R\$ 139.924 mil, evoluindo **21,56%** em relação a 31/12/2001.

A conta do FNO, em 31/12/2002, revelou um disponível total de **R\$ 393,8 milhões**, do qual R\$ 301 milhões se encontravam comprometidos por conta de parcelas a liberar (decorrentes das operações contratadas), operações deferidas em fase de contratação e PRONAF, restando uma disponibilidade livre a alocar de R\$ 92,8 milhões, para atender a uma demanda de propostas/projetos em carteira, em fase de análise, no valor de R\$ 416 milhões.

Tal fato demonstra que o FNO vem apresentando um desempenho bastante satisfatório, constituindo-se em um importante instrumento de alavancagem da economia regional.

É importante destacar, por fim, que os recursos comprometidas com operações deferidas e em fase de contratação, em 2002, evoluíram **28,96%** em relação ao disponível no exercício anterior.

7 RESULTADO FISCAL

Examinando-se as metas fiscais do FNO - Exercício de 2002, quanto a movimentação de recursos, verifica-se que o efetivado superou em mais de 28% a estimativa existente, conforme demonstrado na Tabela 7, abaixo:

TABELA 7 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS FISCAIS DO FNO-EXERCÍCIO 2002 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

	R\$ milhões		
	Estimativa (1)	Efetivado (2)	Varição % (2/1)
I .Reembolso de Crédito em 2002	200,2	341,9	70,8
✓ Amortização de Contratos	146,1	298,1	104,0
✓ Atualização Monetária do Disponível	54,1	43,8	(19,0)
II . Ingressos de Recursos via Repasse STN	504,2	565,1	12,1
Total (I+II)	704,4	907,0	28,8

Fonte: BASA-GERIN/GERAC

Com relação à distribuição de recursos do FNO por unidade federativa, verifica-se que as metas previstas foram plenamente efetivadas nos estados do Pará e Tocantins. No

geral, foram efetivados 80,6% da estimativa inicial, conforme demonstrado na Tabela 8, abaixo:

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FNO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

R\$ milhões

ESTADO	ESTIMATIVA (1)	EFETIVADO (2)	% (2/1)
ACRE	55,1	31,8	57,7
AMAPÁ	55,1	6,2	11,2
AMAZONAS	82,6	43,0	52,0
PARÁ	137,7	325,4	136,3
RONDÔNIA	82,6	66,0	80,0
RORAIMA	55,1	5,7	10,3
TOCANTINS	82,6	126,9	153,6
TOTAL	550,8	605,0	109,8

Fonte: BASA-GERIN/GERAC

8 ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO Nº 175/2002 - TCU

Em cumprimento ao teor do item 8.6 do Acórdão nº 175/2002, do Tribunal de Contas da União – TCU, relativo ao Processo nº 007.857/1999-3, publicado no D.O.U. de 20/05/2002, prestamos as seguintes informações sobre o empreendimento objeto da Cédula de Crédito Industrial nº FMI-ME-027990360-0, responsabilidade da empresa SALTUR – Saldanha soluções e Turismo Ltda:

1. O acompanhamento físico-financeiro vem sendo efetuado intensamente por equipes mistas agência/matriz, sendo esta a situação do empreendimento:
 - O orçamento inicial ficou defasado, devido à elevação dos preços dos materiais de construção e ao atraso na execução do projeto – face a dificuldades construtivas e com pessoal – levando a empresa a pensar em reformular o projeto para apresentar ao Banco, o que não ocorreu pois, nesse ínterim, o TCU determinou a suspensão de toda e qualquer liberação de recursos à mutuária;
 - Embora não tenha sido descaracterizado, houve alterações no projeto original sem a prévia anuência do Banco, tendo inclusive a empresa realizado obras em montante superior ao previsto;
 - Com a defasagem do orçamento; a não liberação do restante dos recursos do FNO – face à determinação do TCU – e a execução de itens não previstos originalmente, não houve a conclusão do projeto;
 - Apesar desses fatos, o hotel se encontra em atividade, porém auferindo receitas bem aquém das previstas inicialmente, principalmente pela falta do centro de convenções – não construído – o qual proporcionaria a principal fonte de receitas;
 - O montante que vem sendo obtido é capaz apenas de cobrir os custos com um pequeno rendimento, utilizando para pagamento de débitos da empresa, não sendo suficiente para reinvestimento no projeto.
2. Quanto ao aspecto ambiental, a empresa possui apenas a licença de instalação, vencida em agosto de 2001.

3. Apesar das inúmeras solicitações do Banco, desde novembro de 2000, quando teve o conhecimento do início das atividades do hotel, a empresa não apresentou a licença de operação, alegando a existência de um imbróglio local IBAMA-SEDAM sobre o responsável pelo funcionamento da mencionada licença.

9 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

9.1. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído significativamente para a alavancagem da economia regional, proporcionando um substancial crescimento no *Valor Bruto da Produção (VBP)*, alcançando, em 2002, o volume de R\$ 1.732,2 milhões, contribuindo para o incremento do valor agregado do produto regional. No aspecto social, têm influído na redução do êxodo rural; na existência de uma melhor qualidade de vida no campo; na criação de oportunidades para a utilização de mão-de-obra das famílias dos mini e pequenos produtores; e no incremento de empregos gerados na indústria regional. Dessa forma, a ação creditícia do FNO, em 2002, proporcionou mais de 133 mil ocupações entre as atividades dos setores rural e industrial.

9.2. INCENTIVO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Visando financiar a implantação, ampliação, modernização, realocação e sustentação de empreendimentos do setor de comércio e serviços, o Banco da Amazônia instituiu, no ano de 2002, o PROGRAMA DE APOIO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (COMSERV), programa que prioriza os investimentos em atividades de comércio e serviços, complementando à dos setores primário e secundário já apoiadas pelo Fundo, através da organização e modernização empresarial; incentivando a produção, adaptação ou absorção de tecnologias; e valorizando as iniciativas de geração do conhecimento, de inovação e modernização tecnológica. Assim, foram contratadas, no exercício de 2002, **190** operações vinculadas a esse Programa, totalizando recursos da ordem de **R\$ 39.115,6 mil**.

9.3. PRIORIDADE AO PEQUENO PRODUTOR/EMPRESÁRIO

Ao longo do período de novembro de 1989 a dezembro de 2002, os recursos do FNO foram direcionados aos segmentos produtivos de menor porte, sendo atendidos **154.607** mini/micros e pequenos produtores e empresas, que alocaram cerca de **R\$ 4.617,0 mil**, correspondentes a **95,35%** e **58,78%** do total das contratações e do volume de recursos aplicados, respectivamente, conforme mostra a **tabela 6**.

TABELA 9 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO (NOV/1989 A DEZ/2002)

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RURAL		INDUSTRIAL		TOTAL			
	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	VALOR	Nº OP.	%	VALOR	%

R\$ mil

Mini/Micro	144.662	2.884.906,6	685	71.506,4	145.347	89,64	2.956.413,1	37,64
Pequeno	8.470	1.065.138,5	656	546.334,9	9.126	5,63	1.611.473,4	20,52
Médio	5.198	1.153.000,1	362	448.818,1	5.560	3,43	1.601.818,2	20,39
Grande	1.424	699.410,5	561	935.973,1	1.985	1,22	1.635.383,6	20,82
Cooperativas	131	46.031,3	2	3.072,1	133	0,08	49.103,5	0,63
TOTAL	159.885	5.848.487,0	2.266	2.005.704,7	162.151	100,00	7.854.191,7	100,00

Fonte: BASA - GERAC/COAFO

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2002(US\$1,00 = R\$ 3,5333)

Elaboração: GERIN/CPLAN

Essa distribuição decorre, principalmente, das condições operacionais diferenciadas de tratamento aos mini e pequenos produtores e micro e pequenas empresas e pela política de alocação de recursos adotada pelo Banco, que direciona um volume maior de recursos para esses segmentos, apoiando, dessa forma, às atividades produtivas desenvolvidas pela pequena produção, em especial as de base familiar.

9.4. FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Banco da Amazônia, ao longo da existência do FNO, tem dado destaque ao segmento da **agricultura de base familiar**, beneficiando mais de **150 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, com apoio financeiro de **R\$ 1.203.138 mil**, como demonstra a **tabela 7**, através dos programas do FNO - Especial (PRORURAL, PRODEX e PRONAF), gerando a ocupação de mais de 486 mil postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

TABELA 10 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA – SETOR RURAL (NOV/89 A DEZ/2002)

ESTADO	FNO – ESPECIAL						FNO		TOTAL	
	PRORURAL		PRODEX		PRONAF		N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR
	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR				
Acre	7.222	127.226,1	2.187	12.103,7	2.187	12.103,7	3.057	149.874,9	14.653	301.308,4
Amapá	591	5.897,8	151	601,9	151	601,9	3.725	135.087,9	4.618	142.189,4
Amazonas	4.761	105.853,5	887	9.917,8	887	9.917,8	6.166	428.347,3	12.701	554.036,4
Pará	43.261	958.924,2	3.018	20.941,7	3.018	20.941,7	23.666	3.128.324,4	72.963	4.129.132,0
Rondônia	16.994	387.394,3	145	319,0	145	319,0	13.862	533.458,9	31.146	921.491,3
Roraima	1.168	39.886,3	11	176,8	11	176,8	3.336	139.334,1	4.526	179.574,1
Tocantins	3.528	75.880,9	10	67,7	10	67,7	17.996	1.550.443,9	21.544	1.626.460,1
TOTAL	77.525	1.701.063,1	6.409	44.128,6	6.409	44.128,6	71.808	6.064.871,5	162.151	7.854.191,7

Fonte: BASA - GERAC/COAFO

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2002 (US\$ 3,5333)

Ainda no setor rural, destaca-se a contribuição do PRODEX no resgate da cidadania dos povos da floresta (agroextrativistas, ribeirinhos e indígenas), proporcionando-lhes o direito de acesso ao crédito rural oficial, atendendo mais de **6 mil famílias** de extrativistas, dedicadas à coleta do látex, castanha-do-pará, açaí, guaraná, cupuaçu, entre outros. Destaca-se ainda, entre os beneficiários desse programa, o financiamento a comunidades indígenas que, com sucesso, vêm desenvolvendo no interior da Amazônia a produção do couro vegetal, produto em expansão no chamado “Mercado Verde”.

Afora o direcionamento do crédito para as categorias de menor porte, há que se destacar a orientação das aplicações operacionais para os produtos da cesta básica (arroz, milho, feijão, mandioca, carne e leite), responsáveis pela alimentação da população.

9.5. FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Buscando o fortalecimento das ações creditícias do FNO, são intensificandas, sistematicamente, as parcerias institucionais com diversas instituições públicas, em nível federal, estadual e municipal, sobretudo com aquelas que atuam diretamente na economia regional. O fortalecimento dessas parcerias tem refletido diretamente no desempenho operacional do FNO, especialmente quando se constata os benefícios que os recursos do Fundo geram para a Região e seus habitantes.

Desse modo, cumprindo o seu papel como principal instituição pública federal catalisadora do desenvolvimento integrado em prol da sociedade regional, o Banco da Amazônia, junto com seus parceiros, tem contribuído para a consolidação do crescimento econômico da Região, melhoria da qualidade de vida amazônica e conservação do patrimônio natural amazônico, principalmente aos segmentos produtivos de menor tamanho (microempresas e mini e pequenos produtores), que absorveram, ao longo de mais de dez anos de operacionalização do FNO pelo Banco, 59% dos recursos aplicados e 95% das operações contratadas.

10 METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Voltadas para as atividades de fomento e para a efetiva utilização dos recursos do FNO, são empreendidas ações planejadas em conjunto com os diversos segmentos socioeconômicos da Região.

O programa anual de aplicações, denominado *Plano de Aplicação dos Recursos do FNO*, resulta da prática anual de ações de planejamento/avaliação, de forma a alcançar os objetivos pretendidos.

Para tanto, são estabelecidas parcerias específicas em cada estado da Região, criando um processo de co-responsabilidade na gestão do Fundo, tratando as questões por meio de uma ação integrada com o desenvolvimento estadual.

A etapa de planejamento consiste na consolidação das propostas resultantes de dinâmicas promovidas nos *Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos do FNO*, realizados em toda Região, que visam trabalhar sob enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando prioridades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional.

Estabelecidas as prioridades, são identificadas as demais variáveis que influenciam diretamente na execução da política creditícia – oportunidades, ameaças e ações.

As oportunidades representam as condições infra-estruturais, de mercado e de políticas públicas que favorecem o fomento das atividades produtivas.

As ameaças se constituem nos óbices que dificultam a eficiência alocativa dos recursos do Fundo, enquanto que as ações, por sua vez, são as medidas necessárias para remover as ameaças e, assim, permitir que a aplicação do crédito seja eficiente e alcance os resultados almejados.

Cada uma dessas atividades prioritárias selecionadas é relacionada às áreas geográficas potenciais de cada estado, principais oportunidades que favorecem seu desenvolvimento, ameaças e ações identificadas pelos atores regionais para a eficiente

alocação dos recursos e conseqüente alavancagem do desenvolvimento regional desejado pela sociedade.

São, ainda, nomeadas as entidades responsáveis pela condução de cada ação, bem como, os parceiros institucionais e os resultados esperados com a gestão da ação.

A consolidação desse trabalho resulta nos *Planos Estaduais de Aplicação dos Recursos do FNO*, que fornecem subsídios à elaboração ajustada anualmente do *Plano de Aplicação dos Recursos do FNO*, bem como, suporte à sua formulação em nível macro regional.

A etapa de avaliação consiste em um processo de revisão, promovido ao longo de cada período, com vistas a acompanhar e aferir sistematicamente a implantação dos Planos Estaduais, exercendo função normativa quando necessário.

Os resultados quantitativos desse sistema aberto e compartilhado, que traduz as prioridades espaços-setoriais por meio das inversões realizadas, são aferidos pelo cálculo de uma **Matriz de Insumo Produto** (MIP), que permite a aferição quantitativa dos impactos socioeconômicos das aplicações, contemplando os multiplicadores de emprego e renda para cada setor de atividade, e os valores dos recursos contratados para cada atividade econômica, permitindo obter a dimensão do impacto estadual em termos do número de oportunidades de ocupação disponibilizadas, de forma direta, indireta e induzida, na região e fora dela, bem como Valor Bruto da Produção adicionado pelas ações de investimento efetivadas durante o período.

O número estimado de oportunidades de ocupação disponibilizadas, diz respeito, na realidade, ao quantitativo de pessoas ocupadas nas atividades produtivas, quer de forma direta, indireta ou induzida, tanto na Região, como no resto do país.

Através da **MIP**, atualizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas por contratação do Banco da Amazônia, é possível calcular-se o Valor Bruto da Produção de cada setor de atividade utilizando a fórmula: $VBP_f = M_p \times AFNO$, onde M_p é o multiplicador de produto da atividade e $AFNO$ é o valor das aplicações do FNO em cada atividade produtiva.

Esses indicadores representam uma ferramenta eficiente para a visualização dos reflexos gerados pela economia regional, tanto em âmbito setorial, quanto no resto do país, abstraindo-se seu grau de dependência, os segmentos de maior destaque e as carências setoriais apresentadas, o que, sem dúvida, permitirá o direcionamento das ações do Fundo na homogeneização das ações em prol do desenvolvimento da Região.

11 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO FUNDO

No exercício de 2002 foram desenvolvidas ações para aumentar a efetividade na utilização dos programas de financiamento apoiados pelo Fundo, as quais consistem em:

1. Reuniões com autoridades estaduais e municipais, para sensibilização da importância de reestruturar ou criar áreas destinadas a distrito industrial, bem como, desenvolver programas de capacitação e gestão empresarial;
2. Reuniões com órgãos governamentais, pleiteando melhorias das vias de acesso e escoamento da produção agro-industrial;
3. Visitas ao empresariado, conjuntamente com técnicos do SEBRAE, procurando conscientizá-lo sobre a necessidade e importância de sua melhor organização;
4. Reuniões com órgãos governamentais, buscando estimular e incentivar o turismo na localidade;

5. Divulgação, via mídia eletrônica, junto ao empresariado, associativista e cooperados das várias linhas de financiamento, apoiadas pelo FNO, disponíveis no Banco;
6. Encontros nos estados da Região, com a presença de técnicos do Banco e representantes locais, ocasião em que são desenvolvidos trabalhos sob o enfoque participativo, fornecendo subsídios e diretrizes para formular a programação anual do Fundo, resultando no Plano de Aplicação Trienal dos Recursos, revisado anualmente, contemplando as diretrizes e prioridades do Fundo, a estrutura dos programas de financiamento e a previsão de recursos a serem alocados nos estados; e nos Planos Estaduais de Aplicação Anual do FNO, que trata especificamente das questões pertinentes à realidade socioeconômica de cada estado, possibilitando tratamento diferenciado às ações necessárias à eficiência alocativa na aplicação dos recursos; e
7. Criação de Comitês Gerenciais e Câmaras Técnicas. Os Comitês Gerenciais, integrados por técnico do Banco e quatro representantes das Câmaras Técnicas, têm por finalidade acompanhar a execução, pelas Câmaras Técnicas, das ações planejadas nas discussões de planejamento do FNO e apresentar às instituições governamentais responsáveis pela execução das políticas públicas as dificuldades e reivindicações para a viabilização das ações necessárias para a eficiência do FNO. As Câmaras Técnicas, por sua vez, atuarão no sentido de executar as ações definidas nas discussões de planejamento do FNO, visando à eficiência alocativa dos recursos do Fundo, e buscarão o fortalecimento do sistema de parceria institucional através da intensificação do processo de articulação entre as instituições envolvidas com o planejamento da aplicação dos recursos do FNO. Haverá duas Câmaras Técnicas: uma formada pelas entidades que atuam nas áreas de *assistência técnica/ capacitação e treinamento/ pesquisa e tecnologia (Câmara Técnica de Suporte à Produção)* e outra pelas entidades que atuam nas áreas de *infra-estrutura/ mercado (Câmara Técnica de Logística e Mercado)*. Essas Câmaras Técnicas reunirão as entidades responsáveis pela execução das ações e os parceiros institucionais, identificadas no encontro de planejamento do FNO 2002, de onde serão indicadas, no mínimo, duas para representar as Câmaras Técnicas no Comitê Gerencial

12 AÇÕES DE SUPORTE À EFICIÊNCIA DO CRÉDITO

O Banco da Amazônia desenvolve a atividade de fomento na Região, interagindo com a sociedade, buscando ampliar vantagens comparativas, ao tempo em que assegura a sustentabilidade dos investimentos voltados à ampliação e modernização das atividades produtivas.

Esta intervenção reiterada vem transformando a matriz econômica, por meio do aumento da produtividade de atividades tradicionais e da introdução de novas tecnologias e atividades sustentáveis, alterando o panorama econômico da Região, com mudanças significativas na dimensão e importância de inúmeros setores, e conseqüentemente de suas relações.

A fim de atualizar com profundidade os conhecimentos sobre a atual matriz de relações espaço setoriais na Amazônia, e subsidiar a criação de novos paradigmas que contribuam com efetividade para a evolução do atual estágio de desenvolvimento da Região, realizou em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, estudos de diagnóstico e avaliação que contemplam esta nova trama de necessidades e oportunidades.

Destarte, cumprindo sua missão institucional, o Banco, identificou a necessidade de reavaliar a distribuição espacial dos resultados da reestruturação socioeconômica que vem se processando na Região Amazônica, realizando os estudos:

- Quantificação do Potencial Econômico dos Municípios da Amazônia Legal, visando um melhor posicionamento estratégico do Banco, diante das necessidades do mercado regional;
- Estimação de Matrizes de Insumo-Produto para Região e os Estados do Norte do Brasil, com dados atualizados para o ano de 1999 com abertura para noventa setores e 143 produtos/atividades;
- Contribuição ao Desenvolvimento dos Principais Arranjos Produtivos Locais Potenciais dos nove Estados da Amazônia Legal, explorando 44 núcleos espaços setoriais estratégicos para a Região.

A conclusão destes projetos oportunizou a disponibilização de uma ampla e atualizada base de dados, sobre os nove estados que compõem a Amazônia Legal, suas inter-relações e relações econômicas com o resto do país, informações detalhadas sobre a infra-estrutura sócio-econômica de seus 757 municípios, além do estágio de desenvolvimento, oportunidades e necessidades dos principais arranjos produtivos locais da Região, constituindo-se em importantes ferramentas como suporte ao estabelecimento de prioridades de investimentos sustentáveis, e para o crescimento institucional da Organização, sempre tendo o homem como centro de suas decisões.

Flora Valladares Coelho
Presidente